

<b>PROCESSO</b>	- A.I. Nº 118973.2305/01-6
<b>RECORRENTE</b>	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
<b>RECORRIDO</b>	- DETASA S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AÇO
<b>RECURSO</b>	- RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 4ª JJF nº 0332-04/02
<b>ORIGEM</b>	- INFAZ BONOCÔ (INFAZ PIRAJÁ)
<b>INTERNET</b>	- 23.12.02

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0459-12/02

**EMENTA:** ICMS. 1. ENTRADA DE MERCADORIA. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. A multa indicada fica absorvida pela multa exigida na infração 1, por descumprimento de obrigação principal. Rejeitada a preliminar de nulidade. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto contra Decisão da 4ª. Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado Procedente em Parte o Auto de Infração n.º 118973.2305/01-6, exigindo pagamento de imposto no valor de R\$144.025,14, mais multa de R\$128.529,09, em decorrência das seguintes infrações:

- 1. omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não contabilizadas;*
- 2. multa formal devido a entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal.*

O Recurso de ofício incide sobre a infração 2, a qual foi considerada improcedente pela 4ª JJF sob o fundamento de que as notas fiscais relativas à essa infração também foram objeto de cobrança de imposto na infração 1. Em função disso, citando o art. 915, 5º, do RICMS/97, entendeu que não pode prosperar aquela infração, pois a multa pelo descumprimento de obrigação acessória deve ser absorvida pela prevista para o descumprimento de obrigação principal, sempre que o cometimento desta for consequência do cometimento daquela.

### VOTO

Concordo com o julgamento da Decisão Recorrida. A infração 1 se refere à presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não

contabilizadas, a qual foi considerada Procedente, uma vez que o contribuinte não apresentou documentos comprobatórios para elidir a presunção *juris tantum*.

A Infração 2, por seu turno, se refere à multa formal devido a entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Contudo, essa infração gerou, como consequência, o cometimento da infração 1, além de ambas se fundamentarem nos mesmos documentos comprobatórios.

Portanto, de acordo com o art. 915, 5º, do RICMS/97, não pode prosperar a infração 2, pois a multa pelo descumprimento de obrigação acessória deve ser absorvida pela prevista para o descumprimento de obrigação principal, sempre que o cometimento desta for consequência do cometimento daquela.

Voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso apresentado.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **n.º 118973.2305/01-6**, lavrado contra **DETASA S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AÇO**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$144.025,14**, acrescido da multa 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de Dezembro de 2002.

HELCÔNIO DE SOUZA ALMEIDA - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO - REPR. DA PROFAZ